

**HABEAS CORPUS Nº 536.741 - GO (2019/0294595-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : ROMERO FERRAZ FILHO E OUTROS  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS  
**PACIENTE** : JOANES CARVALHO SANTOS  
**ADVOGADOS** : RAUL FREITAS PIRES DE SABOIA - DF007136  
RAUL MARQUES PIRES DE SABOIA - DF044628  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. AÇÃO PENAL. ARTS. 38, *CAPUT*, E 54, *CAPUT*, AMBOS DA LEI N. 9.605/1998, E ART. 15, *CAPUT*, DA LEI N. 6.938/1981. TRANCAMENTO. QUESTÃO DEBATIDA EM OUTRO FEITO (RHC N. 119.448/GO). PREJUDICIALIDADE.  
*Habeas corpus* prejudicado.

**DECISÃO**

Neste *habeas corpus*, impetrado em favor de **Joanes Carvalho Santos** – denunciado pela suposta prática dos crimes tipificados nos arts. 38, *caput*, e 54, *caput*, ambos da Lei n. 9.605/1998; e art. 15, *caput*, da Lei n. 6.938/1981, todos na forma do art. 69 do Código Penal (Processo n. 201800930377, em curso na Vara Criminal de Pirenópolis/GO) – sob a alegação de inépcia da denúncia e de falta de justa causa para a ação penal (ante a atipicidade e ausência de dano ambiental), requer-se, em liminar, a suspensão do processo e, no mérito, o trancamento da ação penal em referência.

Em decisão, datada de 2/10/2019, indeferi o pedido liminar (fls. 1.867/1.874).

Juntadas as informações (fls. 1.888/1.893), o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* e, se conhecido, pela denegação da ordem (fls. 1.895/1.898).

É o relatório.

Sucede que o *writ* está prejudicado, pois, a questão atinente ao trancamento da Ação Penal n. 201800930377 (Vara Criminal de Pirenópolis/GO), já foi debatida no

julgamento do **RHC n. 119.448/GO**, em 26/11/2019, ocasião em que a Sexta Turma desta Corte conheceu em parte do recurso ordinário e, nessa extensão, negou-lhe provimento, nos termos do seguinte acórdão (pendente de publicação):

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. AÇÃO PENAL. ARTS. 38, *CAPUT*, E 54, *CAPUT*, AMBOS DA LEI N. 9.605/1998, E ART. 15, *CAPUT*, DA LEI N. 6.938/1981. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. SUPOSTA INÉPCIA. MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA. DENÚNCIA QUE DESCREVEU, DE FORMA SUFICIENTE, AS CONDUTAS IMPUTADAS. ADMINISTRADORES QUE DETINHAM PODER DE GERÊNCIA. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. ATIPICIDADE E INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS MÍNIMOS. INADMISSIBILIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.

1. Nos termos do entendimento consolidado desta Corte, o trancamento da ação penal por meio do *habeas corpus* é medida excepcional, que somente deve ser adotada quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da inépcia da denúncia, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito.

2. No caso, a denúncia circunstanciou as condutas que ensejaram a prática dos crimes nela referenciados, além de descrever a participação do recorrente nos crimes imputados, permitindo o pleno exercício do direito à ampla defesa, conclusão reforçada pela tese subsidiária suscitada no presente recurso, que busca desconstituir a própria acusação, suscitando a atipicidade das condutas narradas.

3. A orientação jurisprudencial desta Corte é de que, nos chamados crimes societários ou de autoria coletiva, admite-se a chamada denúncia geral, na qual não se verticaliza a conduta de cada um dos imputados (RHC n. 116.111/SP, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 2/9/2019).

4. *Não sendo o caso de grande pessoa jurídica, em que variados agentes poderiam praticar a conduta criminosa em favor da empresa, mas, sim, de pessoa jurídica de pequeno porte, em que as decisões são unificadas no gestor e vem o crime da pessoa jurídica em seu favor, pode então se admitir o nexo causal entre o resultado da conduta constatado pela atividade da empresa e a responsabilidade pessoal, por culpa subjetiva, de seu gestor* (RHC n. 39.936/RS, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 28/6/2016).

5. Com relação à tese de atipicidade e de inexistência de elementos mínimos de prova para a acusação, verifica-se que a Corte de origem não debateu as alegações defensivas, circunstância que obsta o exame por esta Corte (supressão de instância).

6. Recurso em *habeas corpus* conhecido em parte e, nessa extensão, negado provimento.

Consequentemente, ante o exame da questão em outro feito, o presente *habeas corpus* perdeu o seu objeto. **Julgo-o**, por conseguinte, **prejudicado** (art. 34, XI, do RISTJ).

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator